

ESCRAVIDÃO, MEMÓRIA E LIBERDADE EM *BAÚ DE OSSOS*, DE PEDRO NAVA

SLAVERY, MEMORY AND FREEDOM IN *BAÚ DE OSSOS*, BY PEDRO NAVA

Maria Alice Ribeiro Gabriel¹

RESUMO: O que mudou na vida diária dos escravos africanos e seus descendentes após a lei de 13 de Maio de 1888 entrar em vigor no Brasil? A partir desse contexto, este ensaio pretende discutir o tópico da escravidão no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, na construção literária de *Baú de ossos* (1974), volume inicial das memórias de Pedro Nava, com o objetivo de discutir tópicos como escravidão, defesa do movimento abolicionista, preconceito racial e tráfico de escravos, expondo o enfoque da família paterna do escritor. A análise histórico literária dos excertos selecionados sugere os eventos significativos e fatores que moldaram a memória cultural da escravidão para essa família.

PALAVRAS-CHAVE: Pedro Nava. Memórias. Escravidão.

ABSTRACT: What has changed in everyday life of the African slaves and their descendants after the law of 13 May 1888 took effect in Brazil? Drawing on that context, this essay aims to discuss the topic of slavery in 19th century and the first decades of the 20th century, in the literary construction of *Baú de ossos* (1974), the initial volume of Pedro Nava's memoirs, with the objective of discussing topics such as bondage, defense of the abolitionist movement, racial prejudice and slave trade, particularly from the standpoint of his paternal relatives. A historical literary analysis of the chosen excerpts suggests significative events and factors that shape the cultural memory of slavery for that family.

KEYWORDS: Pedro Nava. Memoirs. Slavery.

A obra de Pedro da Silva Nava está entre os grandes textos literários das letras brasileiras. O aspecto enciclopédico de composição das Memórias é produto da erudição e versatilidade para harmonizar gêneros informativos e narrativos. A narrativa (auto)biográfica, na forma de anedota, conto popular, crônica histórica e literária, romance que alterna vários estilos: realista, moderno ou impressionista, é enriquecida por digressões filosóficas e poéticas, com leveza, humor e elegância.

O interesse pela genealogia e o trabalho do arquivista consciencioso fizeram do escritor um informante privilegiado da história familiar, a qual inclui testemunho valiosos sobre o século XX. Sob o prisma do historiador dos costumes, cultura, literatura e mentalidades, os escritos de Nava reúnem episódios sobre a origem e desenvolvimento de Juiz de Fora e Belo Horizonte, a fundação da Padaria Espiritual, os participantes da primeira geração modernista e os nomes que contribuíram para a história da medicina no Brasil. Conhecedor da cultura das elites e da cultura popular, Nava descreve com agilidade e mestria esses domínios, nos seus respectivos contrastes e aproximações.

Nos planos biográfico e autobiográfico, a narrativa das mudanças pessoais e sociais alterna episódios dos séculos XIX e XX, transcrevendo-os com efeitos e técnicas que ressaltam,

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo - USP. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos Judaicos - LEJ, da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. E-mail: rgabriel1935@gmail.com. Revista Literatura em Debate, v. 13, n. 24, p. 35 - 46, jan./jun. 2019. Recebido em: 04 jan. 2019. Aceito em: 14 jun. 2019.

ora um movimento de sucessão, ora de superposição temporal, conforme demonstrado nestas passagens:

Também tivemos a nossa belle époque (...) Começou com a República. (...) Uma densa e má tristeza desprende-se da história da República. Vêm, de saída, o despudor do Encilhamento e Floriano deglutindo o Deodoro – que ainda digeria a coroa do benfeitor. A Revolução Federalista ensanguenta o Sul. (...) Saldanha da Gama é lanceado e seus companheiros, sangrados. Eleição e posse de Prudente. Canudos e mais mortes. A cabeça do Conselheiro chega ao litoral da China, “onde deliravam multidões em festa...” O Marechal Bittencourt morre salvando o Presidente. Sem nenhuma convicção. O magnicida Marcelino Bispo foi reabilitado pelos que o executaram na calada da noite. Mais sangue: o de Gentil de Castro. Encerra-se a década, encerra-se o Século deixando como lembranças amáveis a fundação de Belo Horizonte, a instalação da Academia de Letras, a risada de Artur Azevedo. (NAVA, 1974, p. 208).

Assim a anarquia infantil do Tempo e do Espaço me impedem de contar Juiz de Fora em ordem certa, capítulo um, capítulo dois, capítulo três. São mil capítulos e inumeráveis – entretanto capítulo único (...) Na vida ubíqua da infância, as perspectivas do tempo variavam como as do espaço e tudo ficava simultâneo, coexistente, como que superposto, entretanto, transparente e visível – como os planos de uma radiografia que são n-planos – empilhados aos cem, aos mil, aos decimil e aos centimil da luminosidade de lâmina translúcida e una. (Nava, 1974, p. 234-238).

Nava (p. 238) alia perspectivas diversas para “tecer a teia dos conhecimentos e dos amores”. É precisamente a confluência original destas que ressalta aspirações, crenças, imaginários, normas, valores e tradições representativos da “organização familiar”, “história social e política de Minas” e do Ceará – cenário ligado à família paterna do memorialista e à vida do escritor Antônio Salles. A composição das Memórias revela extenso trabalho de estudos e pesquisas extraídas da oralidade e de fontes documentais escritas, estas últimas, hoje arquivadas na Fundação Casa de Rui Barbosa.

Tais fontes ocasionalmente demonstram relações de parentesco com Nava (1974, p. 28), a exemplo da fonte que esclarece sobre o cerimonial dos matrimônios, entre 1868 e 1870, no Ceará: “O casamento deve ter sido igual aos outros da época e pode se enquadrar na descrição que deles faz o meu preclaro primo Joãozinho Nogueira – para o público o Dr. João Franklin de Alencar Nogueira, engenheiro e historiador eminente”. É comum encontrar passagens fundamentadas na análise sincrônica de eventos biográficos, abordadas com certo viés antropológico ou sociológico, nas quais os informantes do memorialista são apresentados ao leitor durante a narração de um fato:

Outro assíduo ao 106, também parente, primo-irmão de minha avó paterna, era o dr. João da Cruz Abreu. Médico, formado pela faculdade da Bahia em 1892. Clinicava no bairro e dobrava o ser bom profissional com a personalidade de historiador e colaborador da Revista do Instituto do Ceará. (NAVA, 1974, p. 28).

Além de cartas, daguerreótipos, fotografias, livros, objetos e os mais variados documentos, Nava conservou em cadernos notas pessoais, desenhos e recortes de jornais e revistas – fragmentos de observações do cotidiano e do passado que sugerem hipóteses sobre a redação das Memórias. José Adjuto Castelo Branco Chaves (1978, p. 6) dividiu “em duas espécies o gênero memorial nas literaturas modernas, sendo uma a constituída pelas *Memórias* e a outra pelos *Diários*”. Os cadernos de autores como Nava, João Guimarães Rosa e Tomás de Mello Breyner têm função complementar.

Usual na realização dos escritos de expedições científicas durante os séculos XVIII e XIX, na ficção, literatura de viagem ou memórias, os cadernos acompanham, complementam, precedem e registram a elaboração desses textos. Observando a divisão proposta por Castelo Branco Chaves, aproximar-se-iam do diário, segundo o aspecto artístico, científico ou subjetivo de seu conteúdo:

Sem obedecerem a regras de composição de conjuntos, nem harmonização de partes com o todo, os diários registram quotidianamente os factos, as impressões, as ideias ao sabor da sua fluência. O diário é uma obra de jornalismo íntimo; e por essa feição jornalística, se participa da efemeridade do quotidiano, por um lado, ganha por outro da genuinidade do imediato. Será um documento valioso, na maioria dos casos, mas só excepcionalmente constituirá obra de categoria literária, a não ser que seja um autêntico escritor a mantê-lo no propósito de deixar uma obra de tal feição e categoria. (CHAVES, 1978, p. 8).

O que se depreende dos informes sobre a escravidão contidos na escrita das Memórias está implícito no âmbito biográfico. Neste deparam-se exemplos descritivos da instituição escravagista, de seus integrantes e planos de fundo. A norma aplica-se à questão da Abolição, mencionada como um dos assuntos que permitem distinguir o pensamento dominante nas famílias paterna e materna, esta última, mantenedora das convicções escravagistas e a primeira, em oposição a este sistema. Do ponto de vista do escravo, testemunhos diretos sobre tal sistema escravagista arcaico e doméstico são inexistentes. No entanto, surgem representados na obra de forma indireta, margeando a crônica e o anedotário familiar, a exemplo das passagens alusivas à escrava Justina, em *Balão cativo* (1973) e o episódio da execução de duas escravas, em 1855, na cidade de Sabará, narrado em *Bau de ossos*:

O 1855 foi também a data de um crime que deixou lembrança nos anais judiciários de Minas. Nele pereceu uma odiosa sinhá, cruel e sádica, que tinha a mania de sapear os genitais das escravas, como se faz a frango, depois de depenar. Tantos púbis ela passou nas chamas que acabou às mãos de duas chamuscadas. Uma segurou. (...) Não houve divergência. A que segurou e a que oficiou foram ambas condenadas a padecerem morte natural na forca. Sabará ainda achou que foi pouco porque o aconselhado, no caso, seria um bom auto-da-fé depois de tortura. E a cidade preparou-se para a execução como para uma festa de igreja. Quando o carrasco Fortunato chegou de Ouro Preto e foi recolhido às galés de Sabará, tomou um fartão de tanto porco, tanto arroz

de piqui, tanto bolinho de feijão, tanto doce e tanta jaboticaba – que lhe chegavam em bandejas mandadas pelas famílias. (...) Chamava-se Fortunato José e fora criado mais como afilhado que como escravo por sua dona, que ele matara a porrete – à moda das negras que ele ia enforcar por crime idêntico. (...) Em 1877 o *Mosaico de Ouro Preto* publica notícia a seu respeito, chamando-o de negro. Não era. Era mulato e belo mulato. Vi seu retrato, morto, no extinto Museu Racioppi, daquela cidade e impressionou-me sua fisionomia serena, de traços finos, barba e cabelos brancos destacando-se sobre a pele escura. (...) No dia da execução, Luís da Cunha e seus filhos, Luís, de vinte anos, e José Luís, de dezessete, armados de tala, levaram os escravos e escravas da casa para assistirem, de joelhos, ao enforcamento das negras e ficarem bem humildes e bem escarmentados. (...) Só que nesse dia o Fortunato teve o papel roubado por uma das condenadas. A que só tinha segurado e ajudado, cinzenta de medo, gemendo orações, pedindo perdão, vinha arrastada por dois soldados e deixando atrás de seus passos mal trocados o rastro da caganeira e de urina incontidas. A outra, a assassina, não. Vinha soberba, rebolando, os peitos empinados, o porte válido, a estatura agigantada pelo pixaim leonino que lhe dobrava o tamanho da cabeça, os olhos como brasas e a boca cheia de insultos e de cusparadas. Marchava direita e firme dentro dum largo espaço vazio – porque já escarrara no juiz, no carrasco, no oficial, nas praças, no padre e nos irmãos da opa. (...) “Ora pois! – que ela gritava. – Matei e vou morrer... Mas morro satisfeita... Morro satisfeita... Morro satisfeita... Vou morrer, mas matei... Matei... Matei e bem matei... Matei e tornava a matar... Morro satisfeita... Ora pois! Matei e vou morrer...” (NAVA, 1974, p. 115-117).

O realismo no detalhamento da execução produz um retrato dramático e paradoxal da cena, em que tomam parte “os magistrados, o alferes, os soldados”, a banda de música fazendo “uma espécie de fundo musical (...) para as ladainhas cantadas, para as Ave-Marias, os Padre-Nossos, os Creio-em-Deus-Padre, o *Dies Irae* e a Oração dos Agonizantes – rezados alto e baralhadamente”, os “Irmãos da Misericórdia e do Carmo”, o carrasco, “à frente do cortejo, todo de vermelho, pachoia, altas botas de couro cru, chapelão para a nuca”. Sobre “as mulheres dentro da multidão”, a ordem em que aparecem os termos na frase: as “negras”, as “mulatas”, o “mulherio da ralé” e as “sinhas”, sugere, em gradação social no espaço público, a relação entre essa comunidade e a mulher.

“Também é característico do regime patriarcal o homem fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo”, notou Freyre (1996, p. 93). A atitude dos bisavós maternos no episódio sugere os papéis de cada membro dessa tradicional família mineira. Além disso, relata Nava (p. 112), Dona Mariana Carolina Pereira da Silva “tinha de santa o que o marido tinha de bruto”, segundo é possível observar neste trecho:

Minha bisavó trancou os filhos menores no quarto, fechou as janelas com as portadas de madeira, acendeu o oratório e, quando ajoelhou com tia Regina, já se ouvia na rua a cantoria de todas as Irmandades de Sabará no cortejo das condenadas. Aproveitando-se de um descuido materno, tio Júlio e minha avó Inhazinha pularam uma janela de trás e meteram-se no meio do povo. E viram. E ouviram. Ela tinha oito anos, Ele, seis. (...) Seja dito em louvor de minha avó materna e de meu tio Júlio que os dois perderam os sentidos e que só deram acordo de si em casa. (NAVA, 1974, p. 116-118).

Em que condições detalhes do passado são recuperados, após um século de esquecimento? Para esclarecer determinadas circunstâncias de um acontecimento a partir das fontes disponíveis, Nava repara com fineza de espírito e imaginação intuitiva as lacunas do esquecimento da história:

“Daí tenho de partir como Cuvier do dente e o ceramista do caco. No mais, há que ter confiança no instinto profundo de minha alma, de minha carne, do meu coração – que rejeitam como coisa estranha o que sentem que não é verdade ou que não pode ser verdade” (NAVA, 1974, p. 41).

Se os atributos formais, estéticos e retóricos do discurso literário das Memórias por vezes o aproximam da prosa ficcional, ao mesmo tempo, contribuem para os campos de pesquisa a que pertence a história cultural da escravidão. Considerando esta hipótese, este ensaio pretende abordar a representação da escravidão africana em *Baú de ossos*, de Pedro Nava, tendo por objetivo comentar alguns aspectos biográficos, contextuais e históricos dessa questão. Alberto da Costa e Silva, Castelo Branco Chaves, Cornelius Castoriadis, Joel Rufino dos Santos, Luís da Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, Manolo Florentino e Paul Ricoeur fundamentam a discussão teórica deste estudo.

Para contextualizar a representação da escravidão nas Memórias é necessário examinar as características que Pedro Nava (p. 16) atribui à sociedade juiz-forense ao dividi-la em duas partes: “Esse lado de Juiz de Fora, revolucionário, irreverente, oposicionista, censurante e contraditor – dizia sempre não! Ao outro, ao do Alto dos Passos – conservador, devoto, governista, elogiador e apoiante”. As aspirações políticas do primeiro lado eram defendidas pelo Dr. Duarte de Abreu, as do segundo, pela “anuência do gibelino Antônio Carlos, bom político e variavelmente bom homem (...) Pois foi naquele lado fronda que nasci, às oito e meia da noite, sexta-feira, 5 de junho de 1903”. Nava empreende uma descrição topográfica de Juiz de Fora, conforme o vínculo desses dois lados com as instituições que se tornaram marcos iniciais do desenvolvimento local, econômico e urbano:

A Rua Halfeld desce como um rio, do morro do Imperador, e vai desaguar na Praça da Estação. Entre sua margem direita e o Alto dos Passos estão a Câmara; o Fórum; a Academia de Comércio, com seus padres; o Stella Matutina com suas freiras; a Matriz, com suas irmandades; a Santa Casa de Misericórdia, com seus provedores; a Cadeia, com seus presos (testemunhas de Deus – contraste das virtudes do Justo) – toda uma estrutura social bem pensante e cafarmenta (...) Esses estabelecimentos tinham sido criados, com a cidade, por cidadãos prestantes que praticavam ostensivamente a virtude e amontoavam discretamente cabedais que as gerações sucessivas acresciam à custa do juro bancário e do casamento consanguíneo. (NAVA, 1974, p. 14).

O fim do período colonial assinala a expansão das cidades brasileiras, no Nordeste, grandes engenhos são substituídos por usinas açucareiras modernas, que absorvem a mão de obra

daqueles antes incluídos no domínio feudal do senhor de escravos. Em Minas, se a relação extrativista com a natureza criou cidades organizadas em torno da exploração mineradora e do escambo, no entanto, os donos de vastas propriedades e terras ainda mantinham certa autonomia militar e política. Para a sociedade que se industrializava no século XIX, o espaço permanecia um símbolo de prestígio:

Já a margem esquerda da Rua Halfeld marcava o começo de uma cidade mais alegre, mais livre, mais despreocupada e mais revolucionária. O Juiz de Fora projetado no trecho da Rua Direita que se dirigia para as que conduziam à Mariano Procópio era, por força do que continha, naturalmente oposto e inconscientemente rebelde ao Alto dos Passos. Nele estavam o Parque Halfeld e o Largo do Riachuelo onde a escuridão noturna e a solidão favoreciam a pouca vergonha. Esta era mais desoladora ainda nas vizinhanças da linha férrea, onde a Rua Hipólito Caron era o centro do deboche e um viveiro de treponemas. Havia fábricas, como a do Eugeninho Teixeira Leite, e a Mecânica, onde homem opacos se entregavam a um trabalho que começava cedo e acabava tarde no meio de apitos de máquinas e das palmadas dos couros nas polias. (NAVA, 1974, p. 14-15).

Veza por outra, a interação entre os dois lados de Juiz de Fora era conturbada. O escravo que migrara para a cidade acompanhando seus donos, liberto, mantinha sua condição anterior como agregado da família ou sobrevivia de pequenos ofícios nos espaços mais humildes da cidade. Os movimentos imigrantistas das últimas décadas do século XIX fomentaram a disputa por esses espaços, notavelmente nos bairros onde se fixavam os trabalhadores do comércio e do setor fabril:

Foi dali e do Largo do Riachuelo que vi, um dia, bando escuro vir desfilar desajeitadamente na Rua Direita, com estandartes, cantos e bandeiras (tão lento que parecia uma procissão!) e ser dispensado a espaldeiradas diante da casa de minha avó, que aplaudia da janela a destreza dos policiais. Ouvi pela primeira vez a palavra greve – dita por uma de minhas tias, tão baixo e com um ar de tal escândalo, que pensei que fosse uma indecência e corei até as orelhas. (NAVA, 1974, p. 15).

Contrariamente ao regime doméstico dos avós maternos, na casa de Pedro da Silva Nava e Dona Ana Cândida Pamplona da Silva Nava (Nanoca), não se admitiam escravos, após o almoço, no “calor do meio-dia”²: “A esposa anda de meias (o rei está repousando), as criadas deslizam descalças (o moço patriarca dorme. ...) É a hora em que Dona Nanoca e Minha-Joana,

² Herança da cultura hispano-portuguesa, até 1950: “A superstição meridiana ainda é viva e forte no Brasil. (...) Também, na face benemérita, as súplicas [ao meio-dia] são atendidas desde que coincidam com o coro dos Anjos, cantando as glórias de Deus, justamente no *pino do meio-dia*. Jesus Cristo foi crucificado ao meio-dia. Nessa hora em que Adão pecou. Hora sexta, lenta e morna para os romanos que a temiam. Na Grécia silenciavam cantigas e avenas pastoris porque era a hora em que Pã adormecia, farto de correrias. (...) Na campina de Roma respeitava-se a sesta dos deuses silvestres fatigados. (...) Mas é a hora poderosa para as orações benéficas. Nunca a Igreja regulou esse horário que é superstição milenar, trazida pelo europeu para o continente americano”, afirmou Câmara Cascudo (2002, p. 467-468).

sua mulata de confiança, reúnem as criadas e o cabra para o terço nos banquinhos do terreiro” (NAVA, p. 36).

“O Catolicismo já consideravelmente africanizado e amerindianizado em ritos e até em crenças, a sofrer impactos reeuropeizantes e reortodoxizantes” a que aludiu Freyre (p. xxxi) possui versão correlativa e particularizada na casa de Dona Nanoca: “Religião da família de meu Pai: com muito Deus e pouco padre, muito céu e pouca igreja, muita prece e pouca missa” (NAVA, p. 36).

Muitos relatos sobre a família paterna dão conta de sua mentalidade antiescravocrata, como o perfil biográfico do tio-avô de Nava (p. 51): “Referia os filhos heroicos de sua terra. O agigantado Francisco José do Nascimento, o famoso *Dragão do Mar*, que acabara com o tráfico de escravos no Ceará e que ele, rapazola, vira, molecote, na Rua do Comércio”. Conforme referiu Nava (p. 29), a par desse traço liberal do grupo, a tia-avó e “fera familiar, esposa-proprietária de Iclirérico Narbal Pamplona – político, comendador e mártir doméstico”, constrangeu-o certa vez diante da família:

Foi assim numa noite em que o Comendador conversava com meu avô, recém-casado na família e seu cunhado de pouco. (...) quando a Irifila veio se chegando em roscas moles que de repente enlaçaram o marido-Laocoonte e estalaram-lhe os ossos com o arrocho da pergunta terrível: “Lequinho, você já explicou a Pedro Nava de que quartel de sua família saiu o tio negreiro? (...) A história desse bandido familiar era assunto tabu. Tão tabu que eu que a ouvi, em 1922, de minha avó Nanoca, só pude colher o que ela adivinhara fragmentariamente do flibusteiro. (...) Sabia mal-mal da legenda cochichada desse carneiro preto que nascera, inexplicavelmente, numa família de gente inimiga de brutalidades, decorosa, cheia de probidade e cultuando com esmero as virtudes civis. Ele era belo e violento³ (...) Sumira um dia e regressara anos depois, atochado de dobrões e falando escancaradamente como os ganhara – correndo os mares e vendendo negros. Desmoralizara a família durante algum tempo, para desaparecer novamente e voltar muito mais tarde, sempre cheio de histórias do curso, dos portos das Caraíbas, da Nova-Orleans e da costa d’África, que frequentara nas suas andanças de negreiro. (NAVA, 1974, p. 53).

Associado à literatura dos novecentos, o “tio negreiro” byronico da família de Nava retrata um tempo que declina, em face “das repercussões psicossocioculturais da reeuropeização do Brasil, no mesmo século XIX”, comentadas por Freyre (1996, p. xxxi), pelo “crítico literário e de ideias Otto Maria Carpeaux” e pelo “sociólogo e antropólogo Roberto Mota, da Fundação Joaquim Nabuco do Recife”: “sobre o que foi toda uma larga mudança de ritmo nos estilos de cultura e nas formas de convivência entre os brasileiros (...) do que foi e como se operou essa

³ Em *Eugénie Grandet* (1833), a heroína de Balzac apaixona-se por um primo, Charles Grandet, jovem aristocrata arruinado financeiramente pelo suicídio do pai. Charles deixa a França em 1819, “correndo os mares e vendendo negros” em busca de fortuna. Retorna ao país em 1827, enriquecido pelo tráfico de escravos. Maja-Lisa Von Sneider conectou a fortuna de Heathcliff ao tráfico negreiro em “Wuthering Heights and the Liverpool Slave Trader” (1995).

mudança de ritmos (...) relativos a trajos, modas, substituições de trabalho manual e de esforço humano por máquinas”.

A migração dos avós de Nava (p. 62) de Fortaleza para o Rio de Janeiro, entre fevereiro de 1878 e dezembro de 1879, assinala um processo de transição para os que antes dependiam “de uma sociedade e de uma cultura predominantemente agrárias e rurais” e partiam em busca, conforme referiu Freyre (p. xxxi-xxxii) de “modificações de vivência e de convivência” na paisagem social:

Não é difícil conjecturar os motivos que trouxeram meus avós para a capital do Império. Primeiro, as viagens à Europa, requintando a mentalidade dos dois e dando-lhes a ambição de vida mais alta, em meio maior e mais elegante. Depois a tremenda desgraça que se abateu sobre a província com a seca de 77 e o seu cortejo de horrores. A desorganização coletiva acarretada pelas migrações dos retirantes, a desgraça de cada um encarando a fome e as fúnebres companheiras do flagelo: epidemias de cólera e de bexigas. Segundo Pedro Sampaio, a varíola tinha entrado no Ceará com o tráfico africano e desde 1804 começaram as notícias de suas devastações. (NAVA, 1947, p. 62).

Sem “as ironias e os ditos hervados da crotálica Dona Irifila”, como pontuou Nava (p. 45):

“Tudo concorria para a cordialidade, a boa convivência e a palestra deleitável. A cortesia. O bom nível intelectual da família. Principalmente o temperamento Pamplona – susceptível, emotivo, fantasista, imaginoso e exaltado. Quase todos viviam na permanência de uma situação superlativa”.

Se a figura do “tio negreiro” diverge essencialmente desse ambiente familiar de excelência, “a legenda cochichada desse carneiro preto” também reforça, por contraste, a identidade do grupo. Legenda condizente com o “temperamento Pamplona” e que alude à noção de “imaginário social”, de Cornelius Castoriadis. Em diálogo com Paul Ricouer (2016), Castoriadis atribuiu ao imaginário social a capacidade de representação – inovadora, mutável e contínua – do mundo e das formas de vida, mas cuja versatilidade consigna-se a fatores de ordem cultural, econômica, histórica e social.

Assim, os Pamplona seriam receptivos às novas formas de representação do negro na sociedade:

A situação, porém, não era idílica. A subordinação da gente de cor, baseando-se na diferença de raça, era também uma subordinação de classe. A ascensão de uma classe à outra, embora muito menos áspera que em velhos países europeus ou asiáticos, não se fazia tão facilmente, nem era possível que se fizesse, num Império escravocrático e agrário como o Brasil. (FREYRE, 1996, p. xl).

O estudo de Joel Rufino dos Santos (2013) apontou que escravidão disseminara-se pela sociedade colonial como modelo predominante de trabalho, definindo e subordinando as demais

formas numa organização em que escravos negros e índios não eram as únicas forças motrizes em relação de dependência com os grandes senhores de terras, comerciantes e autoridades. Tal sistema laboral em que o escravo e sua descendência era considerados mercadoria não excluiria o homem liberto, mesmo “forro – ele continuava prisioneiro da escravidão, sob muitos e variados aspectos” arguiu Manolo Florentino (2017, p. 17). Perante uma sociedade escravista, o reconhecimento social de livres e cativos é fenômeno complexo, cuja natureza não é unicamente econômica e política:

Finalmente, o debate sobre o que faziam, o que não faziam as criadas. Eu disse criadas – criadas domésticas, criadas de servir, criadas pagas, pois nunca ouvi falar que mesmo os mais abastados da gente burguesa e cidadina de meu Pai tivessem tido escravos em suas casas. O nosso meio familiar, muito antes de 88, já estava expurgado dos defeitos de sensibilidade e desvios da moralidade que o cativo e os cativos distinguem sobre os senhores. (NAVA, 1974, p. 56).

Alberto da Costa e Silva (1989; 2011) assinalou preconceitos, razões humanitárias e teorias pseudocientíficas em meio à “polêmica travada no Brasil entre abolicionistas e escravocratas”. Não foram poucos os homens de ciências e letras que defendiam o fim do tráfico negreiro, amparados por movidos por questões de saúde pública – “a insalubridade dos trópicos” – e teorias eugenistas:

Felizmente para a história do movimento abolicionista, os seus maiores líderes não só se recusavam a pactuar com a ignomínia da escravidão, mas eram também isentos de preconceitos raciais – como o provam as palavras e as ações de Rui Barbosa, Castro Alves, José do Patrocínio, Luís da Gama ou André Rebouças, os três últimos, negros ou mulatos. (SILVA, 1989, p. 33).

Entre os fatos e reminiscências vinculados à história do movimento abolicionista no Brasil, o nome do paraibano José Carlos da Costa Ribeiro (1829-1904), “bacharel em Direito de 1851, deputado provincial de Pernambuco, orador fremente, poeta arrebatado” é lembrado por Nava (p. 83): “Meu Pai conviveu com esse fino humanista, em casa, como seu cunhado mais moço; no Liceu do Ceará, como seu discípulo; na Padaria Espiritual, como seu confrade. Recebeu os ensinamentos de sua cultura e a influência liberal de sua atuação de abolicionista e republicano da propaganda”.

A sociedade cearense de letras Padaria Espiritual, fundada por Antônio Salles, em 1892, “sob seu aspecto alegre e inocente de sociedade boêmia e de letras, era, na realidade, um foco de rebelados contra a ordem estabelecida, fosse ela literária, política ou social”, escreveu Nava (p. 92), reconhecendo as instituições e questões sociais que eram alvo de seu programa literário e político:

Quando uma pretinha é expulsa de uma escola do Governo, no Ceará, só porque era pretinha, a Padaria não foi incendiar o colégio, mas Antônio Salles mandou às autoridades a sua fígada! “Se um preconceito tão imperativo vinga em terra onde há tanta mistura/ de sangue português, negro e nativo, / sendo raro o que vem de raça pura! ... / Então, minhas candongas, muita gente/ que ocupa posição muito eminente/ tem de voltar ao seio da ralé.” Isto era dito a uma sociedade que discriminava disfarçadamente, como no Itamarati e na nossa Marinha de Guerra, onde, até há bem pouco, só entravam “mulatos rosados” ou mulatos *decapés*. A propósito de discriminação social no liberal Ceará, ocorre contar caso que me foi referido por minha tia Cândida Nava de Luna Freire. O de uma mocinha de Fortaleza que, por ser pobre e um pouco mais morena do que seria lícito, foi *desconvidada* de um bloco carnavalesco composto de senhoritas da alta. Acontece que o pai da moça era um sabedor de coisas, um arquivista da força daquele *Monsieur Mazure* de Anatole France e, mansamente, publicou um folheto com a genealogia das orgulhosas em que, para cada uma, subia de geração em geração – avô, bisavô, trisavô, quarto-avô ou mais – para só parar quando encontrava bem documentado, negro de pé espalhado⁴ ou vigário dizendo missa. Esse podre ranço burguês é o que a Padaria combatia (...) (NAVA, 1974, p. 92-93).

No plano biográfico, pensar a memória no seu aspecto de elaboração coletiva e produto do “imaginário social” exige considerar a influência das ideias, normas e valores da vida social que estruturam a experiência humana. A noção castoridiana de imaginário social como criação de formas novas ou, segundo Ricoeur, como “dialética de inovação e da sedimentação” pressupõe que as ideias, conceitos e representações culturais são atualizados pelo intelecto que se orienta por configurações preexistentes e sedimentadas ao seu alcance (RICOEUR; CASTORIADIS, 2016).

Uma das fontes a que Nava recorre ao perscrutar o arquivo pessoal de José Pedro da Silva Nava para descrever a essência da personalidade do pai é sua *miscelânea*, “coleção de recortes e de retratos”, indicando preocupações políticas, preferências literárias, filosóficas, artísticas e musicais. Para compor esta passagem, no entanto, a referência é a evolução social de um evento histórico:

Meu Pai tinha 6 anos, em 1882, quando foi fundado no Ceará o Centro Abolicionista. Logo no ano seguinte, a 1º de janeiro, são libertados em massa os escravos de Aracape. A 2 de fevereiro, os de Pacatuba e São Francisco, a 25 de março, os de Icó e Barbalha, a 25 de abril, os de São João do Príncipe, a 20 de maio, os de Maranguape e Mecejana, a 23 e 24 do mesmo mês, os de Aquiraz e Fortaleza. A 25 de março de 1883, foi proclamada a libertação de todos os escravos do Ceará. O movimento antiescravista da Província era antigo, tomara forma em 1880 como Sociedade Libertadora Cearense e sua principal figura fora o jangadeiro Nascimento, que limpava o porto da Fortaleza do embarque e desembarque de cativos. Nascimento, como os outros abolicionistas do Ceará, eram-no à moda de Patrocínio, popularmente, revolucionariamente – mais que humanitariamente, como Nabuco, ou politicamente, como a Princesa Imperial. Toda a

⁴ “Meu tio Antônio Nicácio Fernandes Pimenta, irmão de minha mãe, dizia-me que o primeiro dinheiro gasto por um escravo, depois de alforriar-se, era comprar sapatos e um guarda-sol. O sapato era quase sempre trazido na mão, porque raramente lhe cabia nos pés. Metia-o à entrada da rua e, logo que fosse possível, arrancava-o com um suspiro de alívio. Era, entretanto, uma distinção marcante, e para ele indispensável, do seu novo estado. (...) Alforriado, o ex-escravo comparecia à missa dominical com os pés calçados” explica Câmara Cascudo (2002, p. 242). “A classe do pé no chão constituía a inicial humilde, subalterna, desprotegida. (...) Indígenas e africanos escravos não usavam sapatos” (p. 460).

infância de meu Pai foi cheia da visão das passeatas, das luminárias, das bandeiras desfraldadas e das colchas coloridas nas varandas cada vez que havia uma vitória da Liberdade (NAVA, 1974, p. 98)

Em *Bau de ossos*, a memória cultural⁵ da escravidão inscreve-se no plano biográfico da família paterna de Nava em três dimensões complementares: a cronológica, que remonta ao passado, a partir da primeira metade do século XIX; a geográfica, relativa aos espaços (Fortaleza, Rio de Janeiro, Juiz de Fora) onde os parentes residiam temporariamente; por fim, a dimensão política, pertinente à orientação intelectual e moral do pensamento do clã.

Na segunda dimensão, a história familiar compreende, simultâneos aos espaços reais (enumerados na história do “tio negreiro” que, “desde menino-e-moço envergonhava os parentes e prometia-se às galés ou à força do Ceará colonial”) espaços imaginados por Nava (p. 52-53): “Jamais se soube em que sertão da Guiné ele terminara azagaiado ou em que mastro de corveta inglesa ele teria sido pendurado pelo pescoço até que a morte sobreviesse... E possa o Senhor ter tido misericórdia de sua alma.” Essa dimensão relaciona-se à terceira, como no exemplo “da legenda cochichada desse carneiro preto”, à memória de uma “família de gente inimiga de brutalidades, decorosa, cheia de probidade e cultuando com esmero as virtudes civis” mesmo quando não era factível “uma vitória da Liberdade”.

Referências

- ASSMANN, Jan. Introduction: What is Cultural Memory. In: *Religion and Cultural Memory*. Translated by Rodney Livingstone. Stanford, California: Stanford University Press, 2006, p. 1-30, 240 p.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Superstição no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Global, 2002, 496p.
- CHAVES, Castelo Branco. *Memorialistas Portugueses*. Amadora: Livraria Bertrand, 1978.
- FLORENTINO, Manolo. *A paz das Senzalas*. São Paulo: Editora Unesp, 2017, 211 p.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996, 758p.
- NAVA, Pedro. *Bau de ossos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1974, 392 p.
- RICOEUR, Paul; CASTORIADIS, Cornelius. *Diálogo sobre a História e o imaginário social*. Tradução de Gonçalo Marcelo e Hugo Barros. Lisboa: Edições 70, 2016, 100p.

⁵ Neste ensaio, a noção de memória cultural pertence a Jan Assmann (2006), que a discutiu tanto no sentido de constructo de formas simbólicas transmutadas em tradição, quanto na acepção de conhecimento elaborado, partilhado e transmitido por um grupo (o conceito de memória enfatiza sua habilidade de gerar conexões e constituir identidade).

SANTOS, Joel Rufino dos. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 2013, 162 p.

SILVA, Alberto da Costa. *Um rio chamado Atlântico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, 265 p.

_____. *O vício da África e outros vícios*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1989, 215 p.